

**ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOGADOURO**

Mês de fevereiro de 2019

7^a

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezanove, reuniu a Assembleia Municipal de Mogadouro, pelas nove horas e quarenta e cinco minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município, sob a presidência do excelentíssimo senhor presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Jorge José Martins Dias e das excelentíssimas senhoras secretárias, Anabela Mendes Pereira, primeira secretária e, Carla Alexandra Reis Lousão, segunda secretária. -----

----- Aberta a sessão pelo senhor presidente da Assembleia, procedeu-se à chamada. Verificou-se a existência de quórum para dar início aos trabalhos, estando presentes quarenta e dois membros municipais, dos quarenta e três que constituem o órgão, assim relacionados: -----

----- Jorge José Martins Dias, Ilídio Granjo Vaz, Manuel Luís Varandas, Manuel António Preto, Anabela Mendes Pereira, Sandra Cristina Mendo Moura, António de Jesus Cordeiro, Rute Solange Quitério Rainha Pacheco, Carla Alexandra Reis Lousão, António Acácio Gonçalves Baptista Cordeiro, Cândido Francisco Fernandes, Altino dos Anjos Aleixo, Maria Teresa Afonso Pimentel Vilariça, Corina Lopes Falcão Xavier, Alfredo Justino Ribeiro, Luís José Pinto Lopes, José Luís Felgueiras, Belmiro Joaquim Mendes Ferreira, Amélia Maria Pereira Miguel Machado, Maria Eugénia Batista Cabanal, José Francisco Bento Sanches Branco, Alberto Oliveira da Costa, António Amálio Oliveira, João de Deus Possacos, José Francisco Marcos Carrasco, Silvina Nogueira Nunes Pereira, António Rego, Carlos Alberto Telo Figueira, José António Freitas, Francisco José Telo Afonso, José António Patrão, Luís Pedro Martins Lopes, Eliana Isabel Pereira Magalhães, Rui Manuel Pimentel Fernandes, Agostinho Joaquim Fernandes, Maria José Ramos Fernandes, José António Gaspar, Américo Rodrigues, José Pedro Ovelheiro Amaro, António Manuel Silva Frade, Amílcar André Machado e Manuel dos Anjos Garcia. -----

----- De registar as faltas de comparência à presente sessão dos seguintes membros municipais: os senhores presidentes da Junta de Freguesia de Castro Vicente, António dos Santos Aleixo e da Junta de Freguesia de Tó, António José Marcos, que se mostraram impossibilitados de exercer as suas funções, por motivo de doença, apresentando, ambos, fotocópias dos

respetivos Certificados de Incapacidade Temporária para o Trabalho por Estado de Doença, sendo comunicadas, antecipadamente as competentes substituições pelos membros indicados, António Rego e José António Gaspar, respetivamente, ambos a ocupar o cargo de tesoureiros. -----
----- O membro municipal e presidente da Junta de Freguesia de Bemposta, Pedro Manuel Folhento Bento Pires, não comunicou nem apresentou documento a justificar a falta à presente sessão, tendo sido considerada pelo presidente da Assembleia como falta injustificada. -----

ORDEM DO DIA

1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

- 1.1 TOMADA DE POSSE DA MEMBRO MUNICIPAL E PRESIDENTE DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE REMONDES E SOUTELO: ELIANA ISABEL PEREIRA MAGALHÃES. -----
- 1.2 APROVAÇÃO DE VOTOS DE PESAR. -----
- 1.3 APROVAÇÃO DE VOTO DE LOUVOR. -----
- 1.4 ATA DA 6.ª SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2018 – Apreciação e deliberação. -----
- 1.5 INFORMAÇÃO DA CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA E EXPEDIDA. -----
- 1.6 PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----
- 1.7 TRATAMENTO DE ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO. -----

2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- 2.1 APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO – ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º, ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO – Apreciação e deliberação. -----
- 2.2 DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO NA REALIZAÇÃO DA EMPREITADA DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS DA VILA DE MOGADOURO – Apreciação e deliberação. -----
- 2.3 APOIO CONCEDIDO À UNIÃO DE FREGUESIAS DE BRUNHOSINHO, CASTANHEIRA E SANHOANE NOS TERMOS DO REGULAMENTO DE FORMAS DE APOIO ÀS FREGUESIAS/UNIÕES DE FREGUESIAS DO CONCELHO DE MOGADOURO – Para conhecimento. -----
- 2.4 COMPROMISSOS PLURIANUAIS – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS – AM 1 – 2019 – Para conhecimento. -----

3. OUTROS ASSUNTOS. -----

1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

----- 1.1 TOMADA DE POSSE DA MEMBRO MUNICIPAL E PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE REMONDES E SOUTELO – ELIANA ISABEL PEREIRA MAGALHÃES: - O senhor presidente da Assembleia Municipal, procedeu à chamada da recente eleita, Eliana Isabel Pereira Magalhães, que ocupou o cargo de presidente da União de freguesias de Remondes e Soutelo, por morte do anterior presidente. Compareceu perante a Assembleia Municipal, leu o compromisso de honra e foi empossada no cargo de membro nesta Assembleia Municipal. -----

----- 1.2 APROVAÇÃO DE VOTOS DE PESAR: - Por proposta do senhor presidente, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar os seguintes votos de pesar e apresentar às famílias enlutadas as sentidas condolências: -----

- Pelo falecimento do senhor presidente da União de Freguesias de Remondes e Soutelo e membro desta Assembleia, Daniel dos Santos Ribeiro e sua esposa, a senhora dona Elsa Maria de Sousa Aires Ribeiro, mortes que resultaram do trágico acidente rodoviário ocorrido no dia vinte e um de dezembro do ano passado, em pleno IC5; -----

- Pelo falecimento do pai do membro municipal, Alberto Oliveira da Costa, o senhor Américo Augusto da Costa; -----

- Pelo falecimento da mãe do membro municipal, Amélia Maria Pereira Miguel Machado, a senhora dona Maria Isilda Pereira; -----

- Pelo falecimento do irmão da funcionária da Câmara Municipal de Mogadouro, Maria da Assunção Pires Pombo, o senhor Francisco Pires. ----

----- O senhor presidente pediu que, doravante, só sejam apresentados e votados os votos de pesar que digam, diretamente respeito aos familiares dos membros municipais com assento neste órgão, o que foi aprovado, por unanimidade, pela Assembleia Municipal. -----

----- A seguir, por proposta do senhor presidente, a Assembleia Municipal prestou um minuto de silêncio, em pé, pelo falecimento do membro municipal e presidente da União de freguesias de Remondes e Soutelo, o senhor Daniel dos Santos Ribeiro. -----

----- 1.3 APROVAÇÃO DE VOTO DE LOUVOR: - Por proposta do senhor presidente, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar um voto de louvor aos juniores do Clube Académico de Mogadouro, por se terem sagrado campeões distritais de futsal no passado dia um de fevereiro corrente. -----

----- **1.4 ATA DA 6.^a SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2018 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO:** - Foi enviada com a devida antecedência para apreciação pelos seus membros. Após inserida uma pequena correção no nome de um dos seus membros municipais, a pedido do membro Manuel Preto, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata da sexta sessão ordinária realizada no dia catorze de dezembro do ano de dois mil e dezoito. -----

----- Foi também, por unanimidade, aceite a sugestão do membro José Branco para, no futuro, nas atas, ser escrito a *negrito* os nomes dos intervenientes para uma mais fácil localização da intervenção de cada um deles. -----

----- Não participaram na votação desta ata os membros da Assembleia que não estiveram presentes na referida sessão, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo.

----- **1.5 INFORMAÇÃO DA CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA E EXPEDIDA:** - A Assembleia Municipal tomou conhecimento da informação referente à correspondência recebida e expedida da Assembleia Municipal desde a última sessão até ao dia onze de fevereiro de dois mil e dezanove. -----

----- **1.6 PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** - Não foi registada a presença de público. -----

----- **1.7 TRATAMENTO DE ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO:** - Inscreveram-se para usar a palavra os seguintes membros municipais: Acácio Baptista Cordeiro; Alfredo Ribeiro; Manuel Varandas; José Branco; Ilídio Vaz; Carla Lousão; Manuel Varandas e Teresa Vilariça: -----

- **INTERVENÇÃO DO MEMBRO ANTÓNIO ACÁCIO GONÇALVES BAPTISTA CORDEIRO:** Leu para ata o texto que se reproduz: -----

----- “O Exmo. Senhor Deputado Municipal Eng.º Manuel Varandas fez na reunião da Assembleia Municipal de catorze de dezembro de dois mil e dezoito uma intervenção onde falou e criticou as propostas que a Coligação TODOS POR MOGADOURO apresentou aos mogadourenses nas últimas eleições autárquicas. -----

----- O Senhor Deputado considerou as propostas por nós apresentadas como demagógicas. -----

----- Na condição de líder da bancada do Partido Socialista, o senhor tem responsabilidades acrescidas, devia, por isso, preparar melhor as suas intervenções, pois limitou-se a atirar para a frente frases sem conteúdo ou com conteúdo que não corresponde à verdade. -----

----- O Senhor deputado afirmou que a medida de apoio em quarenta por cento na conta da energia elétrica das empresas era demagógica e que custava mais de um milhão de Euros. Disse ter consultado a EDP e que esta o informou de que, em Mogadouro, há um consumo de energia elétrica em Média Tensão de cerca de cinco vírgula cinco milhões de *Megawatt* Hora. -

----- Das duas uma, ou não consultou a EDP, ou não compreendeu o que lhe disseram, é que esta afirmação mostra que o Senhor deputado não tem a mínima noção do que afirma. O que é grave! E muito mais ainda por ser o líder da sua bancada. Tendo-o como uma pessoa séria e responsável ao querer falar sobre este tema, no mínimo, devia informar-se com quem o soubesse esclarecer, ou em último caso podia ter pedido esclarecimentos à nossa bancada. -----

----- É que faz confusão entre potência elétrica e energia elétrica e entre Média Tensão e Baixa Tensão, pois só assim se compreende as falsidades que afirmou. -----

----- A irracionalidade do que disse leva a que se assim fosse, em Mogadouro consumiam-se 550 milhões de euros, em MT – Média Tensão, considerando o KW hora a 10 cêntimos, de valor médio, o que se pode considerar razoável. Como nós propúnhamos um apoio de 40% isso custaria ao orçamento da Câmara, 220 milhões de Euros!! Sem dúvida que seria irracional, pois a Câmara de Mogadouro não poderia cumprir. -----

----- Se se tivesse dado ao trabalho, para assim poder dar informações sérias aos mogadourenses, saberia que em Mogadouro, e segundo a Fundação Francisco Manuel dos Santos, há cerca de 62 consumidores industriais que são os que, eventualmente, optarão por instalar um PT e assim serem alimentados em MT-Média Tensão. E mesmo assim só se quiserem. Podem ser alimentados pela Rede Pública, pagando a energia em BT – Baixa Tensão. O seu desconhecimento sobre o tema vai ao ponto de afirmar que os consumidores de MT – Média Tensão, passo a citar *“são onde há PT como nas Zonas Industriais em algumas empresas”*. -----

----- Senhor Deputado se assim fosse, todos os consumidores eram da Média Tensão, incluindo os domésticos, já que a eletricidade chega a nossas casas e às empresas sempre a partir de um PT que pode ser da EDP ou das próprias empresas. -----

----- Referiu também que, e cito, *“a exploração do Senhor Pimentel gasta 5,5 mil Mega Watts, com um consumo de Baixa Tensão de 8,5 MegaWatt Hora”*. Os 5,5 mil Mega Watts é uma Potência elétrica, não se gasta, disponibiliza-se. E é um valor astronómico, irreal. -----

----- Para provar que o Senhor Deputado fala de coisas de que não percebe, damos-lhe o exemplo: um Lagar de azeite funciona com uma potência contratada de 100KVA (Ká-vê-ás **kilovate amper**). Afirmando o Senhor que a exploração do Sr. Pimentel tem uma Potência contratada de 5,5 mil Mega Watts, ou seja, 55000 vezes maior do que a desse lagar!! -----

----- A medida por nós apresentada custava, no máximo, 250 000 Euros por ano. Estamos convictos de que as empresas em Mogadouro muito ganhariam com esse apoio. Teriam postos de trabalho mais seguros, mais sólidos e poderiam ser mais competitivas e até criar mais. -----

22 – Apoiar as empresas em 40% da conta mensal da eletricidade
CUSTO MÁXIMO POR ANO: 250 000 Euros

----- Senhor Deputado, seja sério!!! -----
----- O Senhor é o Líder da bancada do PS. Não pode “enganar” os seus deputados como fez nesta sua intervenção e mais grave ainda, enganar os mogadourenses. -----

----- **(Congratulamo-nos por não ser verdade o que diz sobre o consumo de eletricidade da empresa que deu como exemplo, pois se o fosse, essa empresa não poderia funcionar, uma vez que não conseguiria liquidar a conta da eletricidade.)** -----

----- Também questionou, “*e os industriais que não gastam energia elétrica, pois gastam gásóleo, como ficam?*” -----

----- Em resposta a esta pergunta o Senhor deputado “*mostra-se incrédulo por a Coligação TODOS POR MOGADOURO, formada pelo PSD e pelo CDS, ambos partidários das privatizações, quererem apoiar as empresas com dinheiro da câmara, ou seja, dinheiro público, para lhes pagar parte da energia elétrica*”. -----

----- No entanto, é condescendente para quem consome gásóleo, a preços reduzidos como é o gásóleo agrícola. -----

----- Não se esqueça que esse gásóleo sendo a cerca de 0,80 Euros quando o gásóleo normal é a 1,4 Euros. Pode explicar esta sua incoerência? -----

----- Se fizer as contas verá que quem consome gásóleo agrícola tem um apoio do Estado de cerca de 43%, superior a 40% que a Coligação propunha para a energia elétrica. Talvez não lhe ficasse mal pugnar para que os empresários não agrícolas tivessem apoios idênticos aos agrícolas. –

----- **Estamos sempre a pedir ao governo que está em Lisboa, que tem de olhar para o interior do país, ajudar as pessoas e empresas deste mesmo “interior”, pois bem, pensamos que chegou a altura de sermos nós que cá estamos a cuidar do “interior”, com medidas como esta que promovem a discriminação positiva!** -----

----- O Senhor Deputado Municipal, líder da bancada do Partido Socialista disse também, “*quando preparava a minha intervenção consultei por duas vezes o calendário para ter a certeza que não estava em Setembro de 2017 e lia o manifesto da referida coligação. Não encontrei grande diferença entre as propostas por eles apresentadas para o orçamento de 2019 e o manifesto*”. -----

----- Senhor Deputado, confessamos que não esperávamos de si um elogio destes. A isto chama-se coerência, e isso demonstra que as nossas propostas foram apresentadas para as cumprirmos e não como o seu partido que fez propostas sem qualquer intenção de as cumprir! -----

----- Chamou manifesto ao conjunto das nossas propostas. Ora isso não corresponde à verdade: nós apresentámos um Compromisso, repito um Compromisso aos mogadourenses, não um manifesto. Um compromisso obriga quem o propõe, a cumpri-lo. Um manifesto não. E o PS tem muita experiência nisso. Propor para não cumprir. -----

----- O Senhor Deputado, considerou todas as nossas propostas como demagógicas. Se se referisse às propostas feitas pelo Partido Socialista em 2013 e em 2017, diria que estava a falar verdade. -----

----- Aqui vão algumas das propostas feitas pelo seu partido em 2013, que não foram cumpridas: -----

Criação do gabinete de apoio ao munícipe -----

Já foi criado? Quem é o responsável? O que faz? -----

Criação do cartão Sénior Municipal (+ 65 anos) -----

Quantos idosos já têm o cartão? -----

Criação do cartão Jovem Municipal -----

Quantos jovens já têm o cartão? -----

Orçamento participativo -----

Já houve algum orçamento participativo? Não -----

Fazer uma Ciclovía entre o centro de Mogadouro e a estação. Onde está? –

Criação de Feiras de gado -----

Revitalização do Futebol Club Mogadourense com futebol sénior só com atletas amadores -----

Criação de uma incubadora de empresas e de um ninho de empresas -----

Criação de uma feira medieval -----

Construção de um pavilhão multiusos -----

Construção da circular externa de Mogadouro -----

Requalificação dos passeios de forma a privilegiar os peões e pessoas com limitações físicas -----

Construção de um Heliporto -----

----- E tantas outras promessas não cumpridas, e algumas que até foram retomadas em 2017. Provavelmente terão o mesmo resultado das que aqui enumerei. -----

----- Mantendo-me no campo da demagogia, congratulamo-nos pela posição do Sr. Presidente da Câmara aquando da visita do Sr. Primeiro Ministro, ao pedir ao Dr. António Costa o regadio para o concelho de Mogadouro, com urgência!! Que se impõe! -----

----- Afinal a nossa proposta, que já aqui apresentamos sob a forma de moção, não era assim tão demagógica!! -----

----- O que vai fazer agora a bancada do PS? -----

----- Tendo em conta o que aqui foi dito na discussão, por si e a sua bancada, a nossa pergunta é simples e direta: -----

- Qual dos PS's tem razão, o do presidente ou o da bancada?" -----

- **INTERVENÇÃO DO MEMBRO MUNICIPAL ALFREDO JUSTINO RIBEIRO:** - Leu a seguinte intervenção: -----

----- "O tempo passa, as oportunidades esgotam-se, mas o atual executivo autárquico olha para o calendário sem que a consciência lhe pese sobre o que estão a fazer ao concelho. Vagueiam no tempo. Soluções. -----

----- Minhas senhoras e meus senhores. Os cidadãos querem e esperam por soluções. E o que faz este executivo cansado e que já cansa por tanta inoperância? Dá uma árvore a plantar ao primeiro-ministro António Costa. Assim vai a gestão autárquica dos que estão a pôr um concelho a marcar passo. -----

----- O senhor primeiro-ministro passou recentemente por Mogadouro. Esperávamos, no mínimo que, num ambiente de entusiasmo por receberem o senhor primeiro-ministro de Portugal e para alguns chefe partidário aproveitassem a ocasião para reivindicarem e exigirem o que Mogadouro precisa. Ou porque não queriam beliscar o senhor primeiro-ministro ou porque a obediência partidária fala mais alto que as obrigações para com os municípios e o dever para com o concelho, o que fez este executivo? Apresentou algum caderno de encargos? Apresentou com fundamento e justiça algum plano de investimento para o concelho? Claro que não. -----

----- Cito da imprensa o senhor vice-presidente Evaristo: "*O primeiro-ministro vai plantar uma árvore no designado bosque das árvores com personalidade na companhia de alunos do Agrupamento de Escolas de Mogadouro.*" Disse o vice-presidente da Câmara de Mogadouro, Evaristo Neves. Fim de citação. *Diário de Trás-os-Montes*, um de fevereiro de dois mil e dezanove. -----

----- Mas atenção! Para além de, neste momento de grande relevo para o futuro do concelho, o executivo, talvez num gesto de redenção, aludiu à necessidade de integrar o concelho no plano de regadio. Perguntamos. Afinal, em que acredita o PS de Mogadouro? Os municípios estão baralhados. O PS de Mogadouro e o seu executivo defendem agora o que tanto criticaram no passado. Como é que se defende algo em que não se acredita? Como é que se defendem os interesses do concelho, se não há convicção no que se diz ou pensa? São os insondáveis mistérios do executivo socialista. E assim recebeu o executivo o primeiro-ministro de Portugal. Nem uma palavra assertiva, nem um plano estratégico e nada fizeram porquê? Porque tudo se esgota na sensibilidade ecológica do executivo cansado? Não. Foi assim porque o executivo cansado não tem liderança. Foi assim porque o executivo cansado desconhece o arrojo. Foi assim porque o executivo cansado ignora o planeamento. -----

----- Caro Executivo. Excelentíssima Assembleia. Basta! Basta fazer de conta que se governa. Basta de fazer de conta que se preocupam com as pessoas quando, na realidade medem as necessidades das pessoas em função do cartão partidário ou de um amiguismo que não se compadece com a gestão rigorosa e justa. -----

----- Recordo, de novo, a vergonha que norteou a contratação dos precários. Há tempo para alimentar o *show off* com a plantação de uma árvore, mas não há uma única ideia que colha frutos no futuro. Falo-vos da educação, de captação de investimento, fixação de pessoas. Falo-vos de uma política social justa e estruturada. -----

----- Neste capítulo, questiono, de novo o executivo que planta árvores, mas que não espiga. Já tem solução para o problema do bairro social? Cumpre-se a lei ou subjuga-se à ilusão? Planeia-se ou é a política do “*Seja o que Deus quiser*”, considerando que se iniciou a remodelação do bairro ainda com ocupantes ilegais? -----

----- Excelentíssima Assembleia. No concernente à educação, mesmo sabendo que há especificidades próprias, designadamente, no domínio social e económico que condicionam o rendimento e a produtividade escolar não podemos nem devemos esquecer ou esconder o relatório do *ranking* geral das escolas efetuado pela Universidade Católica. Nessa esteira, recordo que a Escola Secundária de Mogadouro nos exames do nono ano ficou no lugar setecentos e noventa e oito. Em dois mil e dezassete estava no lugar quinhentos e sete e em dois mil e dezasseis no lugar quinhentos e oitenta e nove. No secundário os resultados foram estes: em dois mil e dezoito ficou no lugar quinhentos e sessenta e seis, subiu relativamente a dois mil e dezassete que estava em quinhentos e setenta e dois e em dois mil e dezasseis estava em quinhentos e oitenta e nove. Insisto no que já mencionei noutras intervenções. O que faz o executivo para combater o insucesso escolar? Melhor dito, o que faz o executivo vazio de ideias e esgotado? Planta árvores? E semeia fotografias de *show off* e medra em contradições. Lamento informá-los, mas, embora por vezes pareça, um executivo não é uma comissão de festas ou coisa que o valha nem uma agência de espetáculos. Um executivo é um governo e como o próprio nome indica tem a função de executar e governar. -----

----- Já aqui afirmei, por mais de uma vez que o grande problema do concelho de Mogadouro é puramente de natureza económica. Qualquer pessoa que se desloca à Zona Industrial depara-se com um magnânime potencial desaproveitado. Importa referir e avivar a memória dos mais desatentos que o Mundo se encontra globalizado e, em permanente competição entre países e regiões onde a própria capacidade competitiva se sobrepõe à competição dos meios de produção e dos produtos e serviços. Quem determina a competitividade de uma região são as características endógenas dessa mesma região e a capacidade competitiva dos seus

governantes. Esta capacidade competitiva determina os níveis de atração do investimento e a sua fixação, quer se trate de investimento nacional ou de investimento estrangeiro. -----

----- O concelho de Mogadouro não se pode resignar à condição do coitadinho do interior. Mogadouro tem de se afirmar como um concelho de fronteira, mais próximo do centro da Europa com um mercado de mais de meio milhão de pessoas a menos de uma hora de distância. Sim, porque, hoje, as distâncias medem-se em horas e não em quilómetros. Estamos a três horas da capital de Espanha. Não nos resignemos. Acaso o executivo reuniu alguma vez com a Comissão de Captação de Investimentos para o Interior? Se o fez que resultados obteve? E que objetivos pretendia? -----

----- Senhor presidente. Excelentíssima assembleia. Minhas senhoras e meus senhores. Este é um executivo que se embrulha na agonia própria de quem nada faz em nome do bem de todos. É um executivo que despreza as pessoas. Não as respeita. Não as valoriza e torna-as como descartáveis em função de jogos mesquinhos de poder. Haja decoro! Haja respeito por todas as pessoas sejam elas votantes do PS, PSD, PCP, de esquerda ou de direita. Este executivo banaliza a dignidade das pessoas com os tristes exemplos que pratica. -----

----- Dos sete técnicos de Desporto que estavam precários emprega quatro e exclui três, mas agora para rentabilizar a sua função vê-se na obrigação de sobrepôr no intervalo de almoço das crianças aulas de Educação Física. Agradecia que elucidassem esta Assembleia sobre os critérios pedagógicos e benefícios para a saúde das crianças desta originalidade. Fazer desporto enquanto se faz a digestão. Ter atividade em horário de pausa. -----

----- E o que dizer dos professores de Música? Eram três professores precários. Admitiram dois e agora contrataram mais dois. Qual o critério justo e pedagógico para esta opção, no mínimo aberrante? Respondam a esta pergunta. Dormem tranquilos com estas decisões? Conseguem passar pelas famílias destas pessoas sem baixar a cabeça ou mudarem de passeio? Conseguem dar uma justificação séria para tanto desprezo? Mas verdade seja dita, o desprezo pelas pessoas também se manifesta no relacionamento com os funcionários do Município. É no mínimo indecoroso, ingerência e interferência no ato eleitoral para os Serviços Sociais dos Funcionários da Câmara Municipal. Criar divisões por capricho de mando. Inqualificável! Conseguem deixar de ser cínicos na forma como governam? Claro que sim. No momento em que o povo disser basta. Até lá, em cada Assembleia farei o que não gostam, oposição. Direi o que desprezam, a verdade. Exigirei o que temem, respostas. E assim continuarei a dar o meu contributo para um Mogadouro melhor e com futuro.” -----

- INTERVENÇÃO DO MEMBRO MUNICIPAL MANUEL LUÍS VARANDAS: - Pediu para intervir e dizer o seguinte: -----

----- “Quando eu fiz a minha intervenção sobre os custos que iria onerar o orçamento da Câmara sobre pagar quarenta por cento do consumo a todas as empresas de Mogadouro, chamei-lhe impossível. Continuo a dizer porque uns vão beneficiar do apoio direto da Câmara e outros não. Foi essa a razão. Em relação aos valores, provavelmente, estamos a citar fontes diferentes. Eu não falei em potências contratadas nem me lembro de ter falado que o senhor Pimentel, na cunicultura teria não sei quantos *MVA*, mas de qualquer maneira, eu volto a dizer, a fonte que eu fui beber é da EDP. O senhor presidente tem-a em seu poder. Nós temo-la em nosso poder. Os senhores, provavelmente foram buscar outra informação, mas tirando isso tudo o objetivo da minha intervenção foi conseguida e não foi pelo facto, de estar a enganar a população de Mogadouro. Provavelmente, aí poderá haver alguma discrepância, uns foram buscá-la à Fundação Manuel dos Santos e outros foram buscar à EDP. -----

----- O objetivo da minha intervenção foi esta. Primeiro lugar, achar que não é viável e continuo achar que não é viável o Município pagar quarenta por cento; não é viável um executivo gastar duzentos e cinquenta mil euros anuais. Segundo, as nossas contas, um milhão de euros poderá haver algum exagero por excesso, mas também há, de certeza, por defeito. A fonte de informação é que será diferente, mas, de qualquer maneira não vou entrar nisso nem vou responder ali ao senhor membro Acácio Cordeiro sobre dizer que eu estou a enganar como líder da bancada do PS estou a enganar os municípios de Mogadouro. Não estou. Agora quando se fazem propostas que vão onerar substancialmente o orçamento do Município e depois vão criticar a seguir porque é que não se fazem obras porque é que não se vai alterar ou corrigir o bairro social – não há dinheiro. Eu continuo a insistir. Então e os outros que não gastam energia elétrica? E fico-me por aqui. Há muita gente neste concelho que produz riqueza e gasta pouca energia elétrica e fico-me por aqui. -----

----- Em relação à minha intervenção que eu ia fazer é a seguinte. Várias vezes eu ouvi aqui criticar ou pedir para incluir nos documentos das assembleias municipais um mapa sobre a utilização das máquinas nas juntas de freguesia. Nesta assembleia vinha esse mapa e aquilo que eu pude ver foi que quando se pedia aqui para incluir esse mapa era mais na tentativa de andar à procura para criticar o executivo que a freguesia que é afeta ao PS tinha mais horas de máquinas do que a freguesia afeta à Coligação. Na minha opinião essas horas dependem só do senhor presidente de junta e vou falar da minha terra, Sampaio. Que eu me lembre, a Junta de Freguesia de Azinhoso sempre foi afeta ao PSD e Sampaio tem os melhores caminhos que eu conheço. Desde Macedo do Peso ao longo do rio até Viduedo estão impecáveis. Este ano já foram todos tratados. Estão impecáveis, portanto, eu dou, pessoalmente, os parabéns ao senhor

presidente da Junta de Azinhoso pelo trabalho que tem feito nos caminhos da sua freguesia. Muito obrigado.” -----

- INTERVENÇÃO DO MEMBRO MUNICIPAL JOSÉ FRANCISCO BENTO SANCHES BRANCO: - Pediu para intervir e disse o seguinte: --

----- “Pegando nas últimas palavras do membro, Manuel Varandas em relação à relação de máquinas que vem mais uma vez a esta Assembleia, fui eu que pedi porque é uma legislação obrigatória. É de lei. Em todas as assembleias tem que vir as máquinas e mais. Falta vir os trabalhos dos funcionários nessas juntas de freguesia e dou os parabéns por reconhecer o trabalho do presidente da Junta de Freguesia de Azinhoso no arranjo do caminho de Sampaio porque eu, em Viduedo, também o reconheço, mas se for analisar o trabalho das máquinas nesta freguesia tem muito menos do que em outras, se calhar ele está a pagar a alguém de fora para fazer esses trabalhos e então se formos ver as áreas geográficas das freguesias isso é uma discrepância muito grande. -----

----- No passado dia treze de fevereiro, na Rádio *Brigantia*, o senhor presidente da Câmara deu uma entrevista em relação à seguinte notícia: “*A obra da variante da Zona Industrial de Mogadouro está concluída e é um dos projetos que consta na lista do Plano Nacional de Investimentos vinte-trenta, a qual já está executada, apenas falta financiamento por parte do Governo.*” Mais uma obra feita, concluída. Falta pagar ao empreiteiro porque ainda não há financiamento do Governo. Vamos esperar quanto tempo ainda nos falta para pagar a obra ao empreiteiro para ser candidatada mais uma obra, mas dou-lhe os meus parabéns porque acho que, no distrito de Bragança é a única obra apoiada pelo Governo no Investimento vinte – trinta. Conseguiu ultrapassar todos os outros concelhos. -----

----- Na sessão de catorze de dezembro de dois mil e dezoito, levantei aqui uma questão e pensei que, hoje, também aqui alguém do PS viesse também levantar a questão porque nessa sessão alguém do PS veio falar sobre isso e deu-me razão. É o assunto da água nas nossas torneiras e, cito a resposta do senhor vereador Evaristo, nessa sessão: “*O problema da água tenho a dizer-vos que é um problema bastante sério provocado por dois ou três dias de muita chuva que arrasta terras.*” Meu Deus! Eu não saí de Mogadouro estes quinze dias, acho que não choveu e, esta semana, a água em Mogadouro está uma miséria. Então o problema era da chuva ou não, ou o que é que se passa? Na zona onde vivo a água continua a sair turva. Qual é a razão? -----

----- Nessa mesma sessão, coloquei a questão em relação aos precários e o senhor presidente disse e eu estava à espera que desde dezembro até hoje que me chamasse porque ele disse que me iria chamar para fazermos um levantamento sobre os precários, os que tinham entrado e, eu, cito o que ele disse: “*Também foi falado aqui a questão dos precários vejam quem foi selecionado. É precisamente por isso que devem meter os olhos na seleção*”

das pessoas.” Vamos meter todos porque eu vou explicar. “*Não sei ao que se refere, mistura política há ali muita.*” E depois, na parte final, disse: “*As necessidades foram aquelas que nós entendemos e que foi esse o levantamento que foi feito, por isso não teço comentários a esse respeito.*” Então o levantamento, senhor presidente foi mal feito porque já aqui o membro Alfredo Ribeiro pôs essa questão. Falamos dos professores de Música. Eram três a concorrer. Duas vagas e agora contratam mais professores para dar aulas à noite. Então, mas as necessidades foram bem feitas ou mal feitas? Ou era para não meter mais ninguém? Façamos uma reflexão sobre os precários: assistentes operacionais, um lugar, Vitor Hugo Curalo, acho que era empregado do Belmiro, em Bemposta, não o conheço, mas subentendo que possa ser PS. Outros candidatos, Rosa Teniz, Rui Mesquita, Diamantino Delgado, este senhor, acho que foi candidato à Junta de Freguesia de Peredo da Bemposta, será PS. Depois, há mais, há a Cláudia Lázaro, Paulo Rodrigues, Francisco, todos PS. -----

----- Na classe dos operacionais tem aqui mais candidatos ligados a maridos que foram candidatos nas listas do PS, Cristina Isabel Miguel Preto, penso que o pai é PSD, mas o marido foi candidato em Urrós pela junta do PS. A Sónia Pires, o marido foi candidato à junta de Mogadouro pelo PS. Aqui, outro, Miguel Bártolo, penso, que é PS. Marisa Carreiro, acho que é PS. Adelaide Ferreira, entre aspas, Elisabete Rodrigues. -----

----- Assistentes técnicos: Cristina Augusta Marcos Santos, cunhada do secretário do senhor presidente, senhor Hernâni, a Núria e o Rui não têm cor política. Ana Patrícia Almeida Pinto, é nora do senhor presidente da Câmara. A Mónica Ferreira que é PSD é a única candidata. -----

----- Agora, técnicos superiores. Técnico superior de Engenharia Rural, Altino Aleixo, candidato pelas listas do PS à Assembleia Municipal, Anabela Basílio Roca Guimarães, esposa do senhor presidente da Câmara, esta, Sónia Rosa, teve sorte que não é de cá, mas esteve cá a trabalhar nessa altura e entrou. -----

----- Professores de Educação Física, o primeiro, o melhor, Daniel Campos, sim senhor, nós tivemos aqui, uma vez, uma intervenção com ele, andaram a telefonar para vir e não vir à sessão para ver a situação que ele tinha. Isabel Jacinto Teixeira Rito, acho que é do PS e a mulher do adjunto do senhor presidente da Câmara, o senhor Miguel Rito; o Emanuel, não é de cá. Emília Morais, mulher do candidato à Junta de Freguesia de Vale da Madre. Liliana Felgueiras, é do PS. A Teresa Cordeiro, sabemos quem é, é PS. E aqui são os de Música, são os tais que só entraram dois e um não entrou. Pedro Daniel, PS; Sandra Pereira, pode ser PSD; Duarte Pimentel, PSD; Nelson Moreira, PS. Ficaram de fora, Rui Gaspar, PSD; Nuno Moreno, PSD e António Curalo, PS. Cá está, igualdade. Do PS, são trinta e três candidatos. O senhor presidente da Câmara disse que havia lugares políticos para esclarecer! -----

----- Outra questão, que já levantei na outra sessão, prende-se com a obra do Centro Interpretativo do Mundo Rural, sito na ribeira do Juncal. Era a questão da garantia bancária, ser ou não ser. Houve reuniões lá em baixo, mas chovia dentro do edifício. O primeiro-ministro esteve cá (até estranhei não ter sido recebido no Salão Nobre porque merecia ser recebido aqui depois é que se deslocaria para o local da intervenção de plantar o freixo). Senhor presidente da Câmara, continua a chover lá dentro! Continua a chover dentro das instalações. Não acionou a garantia bancária. Fizeram uma adjudicação, *à posteriori*, com outra empresa. Tinham-nos dito aqui que concorreram três, foi adjudicada a uma. Não interessa a quem foi. Esta empresa fez os melhoramentos necessários e continua a chover lá dentro. No dia antes à visita do senhor primeiro-ministro continuava a chover lá dentro, os funcionários tiveram que colocar um plástico no teto com umas vigas por cima. Passados um dia ou dois passou na TVI esta imagem em que o primeiro-ministro falava sobre o aumento do gasóleo e o senhor presidente da Câmara estava a olhar para o teto e pensando: “*Será que chove?*”, (mostrando para a Assembleia a fotografia que passou na comunicação social.)” -----

----- Neste momento, o senhor presidente da Assembleia, Jorge Martins, chamou à atenção o membro municipal, José Branco, por ter desferido ataques à pessoa do senhor presidente da Câmara, Francisco Guimarães. ---

----- **Continuou a sua intervenção o membro José Branco:** -----

----- “Tenho aqui outra situação para colocar e não sei se vou continuar a melindrar. No passado dia vinte e nove de janeiro, passei na rua dr. António Vicente, a rua que vai desde o supermercado do Mini-Preço até ao antigo hospital e vi ali, à volta de dez funcionários da Câmara, com um trator e duas carrinhas, não percebendo o que se passava depois reparei que estavam a deitar abaixo duas árvores dentro de um jardim de uma pessoa particular. Será que a pessoa pediu à Câmara e pagou os custos desse abate? Por aquilo que sei, os vereadores da Coligação já levantaram esse problema numa reunião do órgão executivo e o senhor presidente da Câmara disse que as suas primas tinham pedido à firma, penso que é do Tuna, mas não sei se é esse nome para fazerem o abate das árvores com uma grua porque eram altas e estavam a prejudicar a via pública e os funcionários da Câmara só retiraram os sobrantes. Agora, coloco-lhe a questão. Se nós todos aqui, em nossas casas, oitenta por cento têm árvores, se limparmos as árvores e colocarmos os sobrantes no passeio e ligarmos à Câmara, a Câmara vai levar os sobrantes do passeio? Temos que pagar ou não temos que pagar? -----

----- Outra situação. Há pouco tempo, surgiu nas novas tecnologias, no *facebook*, o seguinte: “*Presidência aberta regressa feita pelo executivo.*” Senhor presidente da Câmara, onde diz: “*Feita pelo Executivo*”, é melhor escrever: “*Feita pelo executivo em vigor dos vereadores com pelouros*”

porque o executivo é constituído por sete pessoas, ou é feita pela totalidade e dá conhecimento aos outros vereadores e convida-os a ir ou então diz: “É feita pelo PS que manda na Câmara.”

- INTERVENÇÃO DO MEMBRO MUNICIPAL ILÍDIO GRANJO

VAZ: - Pediu para intervir e disse: -----

----- “Só venho aqui remendar uma situação que foi aqui colocada e, à partida também não informei que iria fazer esta intervenção. Em primeiro lugar. Sabemos que, embora seja pouco habitual os senhores membros da Assembleia interromperem os oradores, o que é certo é que, de vez em quando, o fazem e o que é certo é que se devem conter nessas suas expressões negativas por que compete ao senhor presidente da Assembleia combater estes excessos de vocabulário sempre que um orador está a usar da palavra. Se eu estou a usar da palavra, tenho o direito de comunicar não insultando ninguém, não revelando atitudes anti-democráticas porque, de facto, se o “Vinte e Cinco de Abril” veio para nos devolver a dignidade de expressão e de comunicação não vejo razão para também se intrometerem quando um orador está a falar. Compete ao senhor presidente da Assembleia gerir os tempos e compete também ao senhor presidente combater os excessos e não aos membros da Assembleia. Este foi um aparte que não quis deixar de fazer. -----

----- Tenho também uma questão sobre a água. A água distribuída pelo Município que serve a maioria da nossa população e que chega, habitualmente, às nossas casas, ultimamente tem vindo com uma cor acastanhada, pouco cristalina e, na minha maneira de ver, talvez susceptível de poder causar efeitos nefastos à saúde dos seus consumidores. Eu sei que são casos pontuais, não é sempre que acontece. Sabemos que há controle monitorizado da qualidade, mas, em situações como esta, eu acho que a Câmara devia informar os consumidores do que está a acontecer até por uma questão de poder adotar critérios ou procedimentos que não ponham em perigo a sua saúde. -----

----- Face à crescente complexidade no armazenamento da água da barragem de Bastelos que, em tempos de seca e de fraca pluviosidade, como sabemos intensificam-se altos teores de arsénio. O arsénio é um metal que se associa a outros metais pesados e que pode acarretar graves teores de toxicidade com efeitos cancerígenos. Isto não é para alarmar ninguém, mas é para precaver porque realmente as coisas não estão como nós desejamos. Todos nós, independentemente, dos partidos aqui representados, julgo que toda a população se preocupa com a qualidade da

água porque foram feitos muitos e grandes investimentos que nos devem fornecer água com qualidade e é urgente que a Câmara repense num outro sistema de filtração não descurando outras alternativas de novos e modernos tratamentos que, pelo menos, protejam a qualidade da água, portanto, sei que o executivo tem conhecimento dos perigos, tem conhecimento também das grandes quantidades e das dificuldades que há em absorver algumas quantidades de arsénio, mas que também, julgo que, teimosamente vai adiando e isso pode colocar em perigo a saúde dos seus munícipes. -----

----- Quería também solicitar ao executivo informação sobre a fase em que se encontra o projeto ou, porventura, o início de obra da adutora de captação de vale Garrido até à estação elevatória da barragem de Bastelos. Era um assunto que, no anterior mandato teve alguma ênfase. Neste momento, parece-me que está tudo parado e, portanto, seria prudente o senhor presidente da Câmara informar esta Assembleia dos trâmites que estão a ser seguidos, no sentido de vermos o que poderá acontecer. Se acontecer qualquer emergência física na barragem de Bastelos, Mogadouro fica sem água.” -----

- INTERVENÇÃO DA MEMBRO MUNICIPAL CARLA ALEXANDRA REIS LOUSÃO: - Interveio para dizer o seguinte: -----

----- “Não tinha presente vir falar de qualquer assunto, mas faço-o porque relativamente ao elogio, aqui proferido ao senhor presidente da Junta de Freguesia de Azinhoso respeitante aos caminhos rurais, quero dizer aqui, pessoalmente, e marcar uma opinião. Sendo o nosso concelho essencialmente agrícola, os caminhos rurais são um bem real para o desenvolvimento desta atividade. O que acontece é que a minha freguesia que é Castro Vicente, pelo contrário é um dos pontos que a população tem mais queixas, seja a nível da freguesia propriamente dita, seja a nível das anexas, dos Porrais. -----

----- Pegando na questão da informação relativamente às máquinas agrícolas foi com alguma insatisfação que eu vi que durante o ano de dois mil e dezoito não houve máquinas a trabalhar nos terrenos de Castro Vicente, mas felizmente vi que agora já há agendamento para o ano de dois mil e dezanove e, com isto, eu quero dizer que tenham em atenção a área da freguesia, pois, nós realmente estamos afastados porque, às vezes nós pensamos que temos ali uma exposição estratégica, nem somos de uns nem somos de outros. Daqui, não sei se os senhores têm ideia porque temos o Código Postal de Alfândega da Fé, o indicativo do telefone é de Macedo de Cavaleiros, parece que estamos sempre aqui na corda bamba e ficamos um bocadinho esquecidos! Pensem em nós! Realmente a freguesia de Castro Vicente está muito abandonada, está degradada e isso vê-se de dia para dia e precisamos de uma boa colaboração. Precisamos que a Câmara Municipal intervenha, juntamente com a Junta de Freguesia para recuperarmos uma

das maiores aldeias do concelho que está a perder. Está a ficar com bairros fantasmas, com caminhos intransitáveis. Quando falamos nos caminhos não falamos só nos acessos aos nossos terrenos para ir apanhar a azeitona, a amêndoa ou ir às hortas, estamos a falar dos caminhos rurais que também funcionam como faixas de combustível. Daqui a um par de anos temos tudo cheio de silvas. A questão não tem só a ver com as máquinas e acho que pelo que eu entendi aqui, bem haja o bom empenho e a dinâmica de cada um dos presidentes de junta e aí é que faz toda a diferença, é a vontade de querer fazer mais. Só deixar estas palavras e aproveitar para perguntar ao senhor presidente de Câmara neste processo de regadio o que é que está previsto para Castro Vicente, em termos de regadio? Vejo ali grandes manipulações, em termos de tubagens junto à barragem da Camba. Não sei se estará relacionado com este assunto ou não.” -----

- INTERVENÇÃO DO MEMBRO MUNICIPAL JOSÉ FRANCISCO BENTO SANCHES BRANCO: - Voltou a pedir a palavra para dizer o seguinte: -----

----- “Peço desculpa por ter que voltar a falar, mas a questão é esta. Sei que foi, recentemente inaugurada a estação da rede de gás na Zona Industrial. Eu estranhei não ter recebido o convite para a inauguração, mas não sei onde foram feitos estes convites. Pelos vistos, há mais pessoas a queixarem-se. Sei que houve pessoas que foram convidadas por *e-mail*, outras não receberam convites. -----

----- Senhor presidente da Câmara, acho que não foi emitido nenhum alvará de construção do gás. Pergunto ainda, se a empresa já pediu o licenciamento à Câmara Municipal e, se foi emitido ou não esse licenciamento. Não sei se é mais uma obra sem licenciamento. -----

----- Outra questão. Também na parte final de execução dos trabalhos, eu fui contactado pela empresa para colocar o gás em minha casa. Disseram que o primeiro bairro que ia ter gás seria o bairro são José e depois seria a rua da Fonte Nova e as Eiras. Sim senhor! Fizeram a instalação na casa da minha mãe para, de seguida, a fazerem na minha casa. Marcamos o dia e os trabalhadores da empresa não apareceram. Liguei-lhe para saber o que se estava a passar, ao que eles me disseram que a obra tinha que ser parada por ordens da Câmara. Que tinham que fazer alguns rebentamentos nalgumas ruas e a Câmara disse que não porque não tinham alcatrão para colocar. Só daqui a três ou quatro meses se reiniciará a obra. Eu queria saber se é verdade. Se a empresa tem alvará de construção e se estava licenciada ou não.” -----

- INTERVENÇÃO DO MEMBRO MUNICIPAL MANUEL LUÍS VARANDAS: - Pediu para intervir novamente e disse: -----

----- “A ata da sessão anterior, na minha intervenção, a páginas trinta e oito, diz assim: *“Eu não disse que o senhor António Pimentel consome cinco mil megawatts.”* Aquilo que está aqui escrito, eu vou ler : “Entenda-

se média tensão os PT's que estão nas Zonas Industriais e nalgumas empresas que gastam muita energia, por exemplo, a exploração de cunicultura. As zonas industriais e mais esses PT's, de empresas de grande consumo é que faz na totalidade cinco mil *megawatts*. Não é que o senhor Joaquim Pimentel tem um consumo de cinco mil *megawatts* que não conseguia pagar evidentemente." -----

- RESPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL FRANCISCO JOSÉ MATEUS ALBUQUERQUE

GUIMARÃES: - O senhor presidente da Câmara, Francisco Guimarães, pediu permissão ao senhor presidente da Assembleia para responder a alguns pedidos de informação aqui apresentados: -----

----- "Eu, hoje, senhor presidente não vou tecer comentários e nem considerações, nem dar algumas das respostas que os membros municipais aqui colocaram para não ferir suscetibilidades e cumprir aquilo que o senhor padre aconselhou na missa, mas vou dizer-lhe o seguinte: -----

----- Vou responder indiretamente a uma questão que foi aqui colocada e começo por dizer que o senhor membro Acácio Cordeiro não sei onde é que foi descobrir os seus dados, mas eu vou-lhe dar aqui depois no final da minha intervenção exatamente aqueles dados que são reais, não sou eu que os faço nem são manipulados por mim, mas são uns dados que a EDP Distribuição em dois mil e dezassete introduziu na rede. Estamos a falar em consumos *megawatt*/hora e, digo-lhe, em média tensão foi, mil quinhentos e oitenta e dois. Em BTE-Baixa Tensão Especial, quatro mil e doze. Em Baixa Tensão Normal, quinze mil novecentos e quarenta e oito. Em IP-Illuminação Pública, três mil cento e dezasseis. Estes são os consumos que a EDP introduziu na rede no ano de dois mil e dezassete. Aqui poderá tirar a dilação dos valores que são sempre susceptíveis de falar relativamente àquilo que será a parte de comércio e indústria estamos a falar em baixa tensão. Existe uma grande parte de comércio e indústria. Claro que a média tensão é toda a nível de indústria e também a baixa tensão especial. É quase toda a nível de comércio e indústria, portanto, destes valores fazendo à média de zero vírgula dez e não de zero vírgula vinte, sem IVA e mais impostos. Estes são valores que tive do diretor do norte, foi ele que me forneceu estes dados. É neles que eu me baseio e é nisto que eu tenho aqui à frente. -----

----- Foram tecidos aqui vários comentários, mas há um que me obriga a responder. Ao longo dos meus cinco anos, não foi só ao senhor primeiro-ministro que eu disse isto. Digo que, ao longo de cinco anos, venho lembrando a todos os responsáveis que têm passado por Mogadouro sobre a questão do regadio, se quiserem eu provo-lhe isso porque tenho nem só gravado como para memória escrita futura tudo isso que eu estou a referir. Todas as vezes que vem aqui algum governante, falo sempre da mesma coisa e, hoje, posso-vos dizer que só nesta vez é que alguém ouviu porque

também felizmente já mudou o diretor regional de Agricultura do Norte e aqui também se me apraz dizer que finalmente temos alguém que vai olhar certamente para o planalto mirandês de outra razão e de outra maneira, senão já teríamos certamente não só o projeto iniciado como a possibilidade de irmos a ter o regadio no planalto mirandês. O Ministério da Agricultura está, neste momento com vontade de nos ajudar. Não pedi só para Mogadouro também pedi para o planalto, são três concelhos e são esses três concelhos que precisam exatamente de ter aquilo que é essencial para a nossa região e também para o concelho de Mogadouro que é a indução do regadio e que seja uma realidade. -----

----- Foram aqui tecidos vários comentários e eu não vou dizer mais nada, mas vou dizer-lhe uma coisa. O senhor membro Alfredo Ribeiro teceu aí alguns comentários, mas já agora vou dizer-lhe. -----

----- No bairro social para sua informação já temos aprovada a eficiência energética, o que quer dizer que isto ao longo daquilo que têm sido tecidos os vários comentários públicos e nas várias redes sociais também o município de Mogadouro tinha candidatado o bairro social não só no âmbito do PARU, mas também à eficiência energética, por isso é que dividimos o bairro social em dois projetos, a eficiência energética e a construção. Posso dizer que finalmente já está aprovado. Já assinei o contrato de financiamento em que o investimento elegível foi de quinhentos e quarenta e dois mil, zero sessenta euros e quarenta e dois centimos (€542.060,42) para o qual temos a comparticipação, a nível de FEDER, de oitenta e cinco por cento (85%), dá quatrocentos e sessenta mil, setecentos e cinquenta e um euros e trinta e seis centimos (€460.751,36), o que quer dizer que aquela, erradamente proposta, proposta não, tinham falado na última sessão de que só tínhamos vinte e cinco por cento da comparticipação do bairro social, é ir fazendo contas, já que também e agora posso adiantar na programação do vinte-vinte, o PARU para Mogadouro vai trazer mais dinheiro, embora não seja aquele que nós gostaríamos, mas já ultrapassa em muito até as expectativas. Somando ambas as duas vertentes o bairro social já tem um financiamento bastante mais do que aquilo que os senhores efetivamente têm vindo a tecer. -----

----- Quero dizer-lhes também que, em relação à rede de gás, questão aqui falada tenho que esclarecer este problema que está a acontecer no concelho de Mogadouro. Por agora, a nível do norte é o único concelho que tem um problema na rede de gás porque o Município já possuía uma rede de gás própria. Foi uma infraestrutura que ao longo dos anos foi construída em Mogadouro e, portanto, o licenciamento não passa por nós, isto é uma licença que o Estado concedeu à Sonorgás, é uma concessão e no final dos quinze anos tudo aquilo que está a ser construído através dessa licença que a Secretaria de Estado da Energia emitiu passa para o Estado e agora aqui é que temos este problema porque aquela zona onde já temos a rede de gás

instalada o Município tem que encontrar a solução juntamente com o Estado e com a Entidade Reguladora, no sentido de ver como é que podemos fornecer o gás natural a todos os munícipes de Mogadouro, sendo que o maior prejudicado até é o próprio Município que, neste momento está a pagar gás propano quando poderia já estar com o gás natural, quer dizer que o alvará e a licença desta rede é emitida pelo Estado, a concessão é estatal, foi emitida à Sonorgás e tem este prazo de quinze anos para ser construída e, no final entregue ao Estado. -----

----- Relativamente àquelas zonas em que o gás estava instalado pela Câmara Municipal temos que encontrar aqui a solução. Estamos à espera que agora haja uma reunião em Lisboa programada pelo senhor Secretário de Estado que esteve cá, no sentido de encontrarmos a solução o mais urgentemente possível para podermos ter a possibilidade de toda a gente meter o gás natural em Mogadouro, pois é uma obra importantíssima, mas, de facto, nem todos podem, neste momento, usufruir. Queríamos que este assunto já estivesse resolvido, mas até ao momento ainda não temos mais notícias, mal tenha alguma informação também já o disse no executivo dir-vos-ei porque é importante que toda a gente saiba o que se está a passar. O facto de, a rede de gás estar parada não tem nada a ver com a nossa situação de querermos ou não querermos. Tem a ver com uma situação de legalidade para depois poder enquadrar aquilo que é rede que eles estão a construir com a nossa existente até não haver esta decisão por parte governamental com enquadramento legal não poderão fazer a ligação daquilo que são condutas existentes com as condutas que estão a ser construídas. -----

----- Senhor presidente, em relação à questão da água e da adutora, eu pedia ao senhor vice-presidente que esclarecesse porque é uma área que está nas suas competências. -----

----- Respondendo também àquilo que o membro José Branco levantou sobre a questão das presidências abertas, eu digo, só estão comigo aqueles que têm pelouros atribuídos. As juntas de freguesia têm sempre essa preocupação são sempre convidadas a estar porque é a junta de freguesia que também nos interessa esteja presente nessas reuniões onde ouvimos os munícipes e a própria junta. Iniciamos pelo final do abecedário das freguesias, Vilarinho dos Galegos e Ventoselo. Em relação a isto é o que se me apraz dizer. Hoje não falarei mais nem tecerei mais comentários.” -----

- RESPOSTA DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA EVARISTO ANTÓNIO NEVES: - Apresentou-se para responder ao seguinte: -----

----- “Vou falar aqui sobre duas questões aqui levantadas, uma tem a ver com o corte de uma árvore. Foi feito um pedido através da Proteção Civil. Essa árvore punha em causa quem ali passasse. Foram quantificados os

custos e a pessoa foi notificada e, obviamente a Câmara não poderia deixar de ajudar no corte antes que acontecesse alguma desgraça. -----

----- Em relação à questão da água, primeiramente queria dar os parabéns ao membro Ilídio Vaz porque há boas normas para colocar as questões, uns pela positiva outros pela negativa. -----

----- Nós não temos aqui um problema de arsénio, felizmente. Temos um problema de manganês. O arsénio, esse sim, é prejudicial à saúde. O manganês não é prejudicial à saúde, causa é má impressão a água amarela. A saúde pública não está em causa. Não haja aqui alarmismos! Temos um problema real, tratamento do manganês da água da barragem de Bastelos. Nós, neste momento, temos uma bombagem, uma capacidade de tratamento de manganês de mil metros cúbicos. Foi um investimento feito pelo anterior executivo e bem porque também ele teve este problema em mãos. Ainda hoje existem registos em algumas paredes da rega dos jardins. Nós, neste momento, à mesma empresa que, na altura, foi adquirida esta bomba de tratamento, à AGS, empresa que dá apoio técnico no dia a dia, pedimos-lhe que nos apresentasse um orçamento para aumento da capacidade para três mil metros cúbicos. Aguardamos o respetivo orçamento e, obviamente, se for dentro do orçamento do Município avançaremos para essa aquisição.” -----

- INTERVENÇÃO DO MEMBRO MUNICIPAL ALFREDO JUSTINO RIBEIRO: - Pediu para intervir novamente para dizer o seguinte: -----

----- “Eu, por defeito de profissão, recorro ao rigor dos números e quando me referi aqui, na Assembleia passada que o bairro de Fundo Fomento apenas era contemplado com apoio de vinte e sete por cento é o rigor dos números, era o rigor à data. Regozijo-me com o facto de ver este acréscimo. Como mogadourense regozijo-me com esse facto. -----

----- O senhor presidente da Câmara fez aqui um número de ilusionismo com os números, não soube concretizar, não disse o rigor dos números, qual é taxa atual de co-financiamento, mas estaremos a falar na ordem dos quarenta a quarenta e cinco por cento. Fez aqui um número de ilusionismo político com os números. Isto, se calhar, advem do convívio com o Partido Socialista. Também acredita que as vacas voam! E, eu digo-lhe, as vacas não voam.” -----

- INTERVENÇÃO DA MEMBRO MUNICIPAL MARIA TERESA AFONSO PIMENTEL VILARIÇA: - Pediu para intervir e disse: -----

----- “Só queria colocar uma questão ao senhor presidente da Câmara. É relativamente à lei quadro de transferências de competências para as autarquias locais e comunidades intermunicipais. Eu sempre pensei que, hoje, iríamos aqui falar nisto, fazer alguma coisa, enfim, debatermos estas questões, mas já verifiquei que não. Só queria perguntar qual é o ponto da situação, aceitar ou não todas estas competências e outras que irão ser

transferidas nos próximos anos e são muitas. Temos aqui competências em áreas muito importantes, como seja, na saúde, na proteção civil, fiscalização na pecuária, inúmeras competências. De tudo o que eu li, é assim, quando a câmara não aceita a competência a Assembleia tem que se pronunciar e penso que estou certa. Gostaria de ser informada acerca do assunto, se foi tudo aceite, se iremos ter uma assembleia extraordinária.” ---

- INTERVENÇÃO DO MEMBRO MUNICIPAL JOSÉ FRANCISCO BENTO SANCHES BRANCO: - Pediu para voltar a intervir e disse: -----

----- “Às várias questões que coloquei, o senhor presidente da Câmara só respondeu às que quis e a mais não é obrigado. Em relação à rede de gás, o senhor presidente falou verdade e mentira ou menos verdade. A Sonorgás tem alvará de construção passado pelo Estado. A questão que eu coloquei foi se a rede interna de Mogadouro tem licença de alvará ou não tem. São duas questões distintas e o senhor presidente respondeu pela mais fácil que foi: “*A Sonorgás tem licença, sim senhor.*” Eu perguntei: A rede interna da Câmara de Mogadouro tem licença e tem alvará?” -----

- RESPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA JORGE JOSÉ MARTINS DIAS: - “Sobre o que eu entendi isso está incluído no próprio projeto, mas de qualquer maneira a nossa está isenta.”

- RESPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA FRANCISCO JOSÉ MATEUS ALBUQUERQUE GUIMARÃES À INTERVENÇÃO DA MEMBRO MUNICIPAL MARIA TERESA AFONSO PIMENTEL VILARIÇA: - “Agradeço a sua preocupação sobre a questão das transferências de competências e passo a esclarecer esta situação. Não tem vindo aqui nada relativamente às transferências efetuadas no ano de dois mil e dezoito, estamos só a falar naquelas que foram publicadas até ao final de dois mil e dezoito. -----

----- Assim, muito por alto, começo por lhe dizer o seguinte: - Estas, nós, aceitamo-las todas senão teria que vir à Assembleia a não aceitação. -----

- O Decreto-Lei n.º 97/2018, em relação às praias. Nós não temos praias, fluviais ou outras. Aceitamos, sendo que o licenciamento de novas praias ainda depende da APA. -----

- O Decreto-Lei n.º 98/2018, sobre o domínio da autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo. Este é um problema que temos que tentar resolver para as várias associações e comissões de festas que temos no concelho. Antigamente, era o Governo Civil que autorizava estas explorações dos sorteios, claro que tudo o que for jogos de fortuna ou azar, casinos, isso não é connosco. O que nós temos aqui que fazer é criar um regulamento e aprovar as taxas ou a isenção em reunião do órgão executivo e órgão deliberativo. -----

- O Decreto-Lei n.º 100/2018, sobre as vias de comunicação. As câmaras só têm a gestão das estradas nacionais que passam dentro do perímetro urbano, ou seja, a construção dos passeios, o canal técnico continua a ser

gestão da Estradas de Portugal. A Câmara queria construir uma variante na estrada municipal que vai para Zava. -----

- O Decreto-Lei n.º 101/2018, sobre a transferência de competências no domínio da justiça. Nós não temos nenhuma competência a não ser que vamos fazer parte dos Julgados de Paz. Não é uma competência passará a ser uma participação. -----

- O Decreto-Lei n.º 103/2018, sobre a transferência de competências no domínio do apoio aos bombeiros voluntários. Vem dar cobertura ao protocolo que as Câmaras têm com as associações de bombeiros relativo às Equipas de Intervenção Permanente. Já existe este protocolo, mas o Tribunal de Contas vinha levantando vários problemas aos municípios e às corporações de bombeiros. -----

- O Decreto-Lei n.º 104/2018, sobre a transferência de competências no domínio das estruturas de atendimento ao cidadão. Como não temos lojas de atendimento ao cidadão também aceitamos estas competências. Vamos ter em Mogadouro o Balcão Móvel para percorrer as nossas localidades e que algumas valias que estão a ser introduzidas nesse balcão para além do atendimento ao munícipe são eventualmente algumas que são da competência da AMA. Poderão fazer também a marcação de consultas no Centro de Saúde, a revalidação da carta de condução, por exemplo. Está a decorrer a formação dos técnicos e os carros são elétricos. -----

- O Decreto-Lei n.º 105/2018, sobre a transferência de competências no domínio da habitação, mas Mogadouro já não tem este problema. Tudo o que era gestão do IRU passaria para os municípios. O bairro social em Mogadouro já tinha sido entregue pelo INH ao município. -----

- O Decreto-Lei n.º 106/2018, sobre a transferência de competências no domínio da gestão do património imobiliário público sem utilização. Consideram-se as casas devolutas, há mais de três anos, em que há a possibilidade de serem entregues aos municípios. Em Mogadouro temos a Casa dos Magistrados que já havia um protocolo de cedência. Pena é que não sejam também as estações dos caminho-de-ferro, mas estas fazem parte do domínio público privado ferroviário. -----

- O Decreto-Lei n.º 107/2018, sobre a transferência de competências no domínio do estacionamento público. A competência em ordenar e fiscalizar os espaços urbanos é do município. O diploma versa que o produto das coimas quando resulte de atividade de fiscalização das forças de segurança, reverte em trinta por cento a favor da entidade fiscalizadora e setenta em favor do município. Quando resulte de fiscalização exercida por empresas concessionárias reverte em cem por cento a favor do município. -----

----- A CIM-TTM, a própria Comunidade Intermunicipal também tinha no turismo, na justiça, fundos europeus, captação de investimentos e associações de bombeiros, aceitamos tudo, a nível de ensino. -----

----- Os diplomas publicados este ano, o referente à saúde para Mogadouro não diz nada porque temos uma ULS-Unidade Local de Saúde.

----- Na educação temos um problema. Está a ser objeto de estudo por parte dos técnicos se é de aceitar ou não. A trinta de abril, na próxima sessão da Assembleia traremos este assunto. -----

----- Temos depois o diploma sobre a sanidade animal e aí é que temos um problema. É muito grave e já percebemos que a nível nacional todos os veterinários estão a ficar numa situação desagradável. Já vi alguns pareceres. Tive a oportunidade do nosso médico veterinário ter enviado informação sobre o assunto, existindo também a parte de os municípios terem que suportar o custo total da remuneração dos médicos veterinários. Neste momento é o problema mais sensível e que não vai ser fácil de aceitar até dois mil e vinte e um. -----

----- O membro José Branco colocou o problema da rede interna, eu digolhe que essa está concessionada, a nossa tem uma concessão à Dourogás feita em dois mil e onze ou dois mil e doze, só a resgataremos depois de perceber como é que vamos ficar.” -----

- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL JORGE JOSÉ MARTINS DIAS:

- “Antes de terminar este ponto, vou tocar num assunto que aqui foi falado e que, no meu entender nos devíamos debruçar todos, no sentido da integridade e da preocupação analisar esse tema um dia próximo com fundamentos e com estruturas que é o caso do *ranking* das escolas. -----

----- O *ranking* a nível nacional vale o que vale são feitos e baseados em escolas particulares e que, na generalidade o setor público é desprovido de algumas competências nesses assuntos, mas vale o que vale. No entanto, não deixa de haver uma preocupação e essa preocupação, a mim, diz-me mais porque eu estou efetivamente ligado ao ensino e pertença ao Agrupamento de Escolas de Mogadouro, com muita honra e prazer, embora seja professor do primeiro ciclo pertença ao Agrupamento de Mogadouro. -

----- Verifica-se que nesses determinados ciclos há várias avaliações. A avaliação do primeiro ciclo é excecional a nível nacional. A avaliação até ao básico é boa, está na média. Há uma avaliação do secundário que é feita, avaliada em vários fatores. Levaria a um estudo muito profundo não se deve só ou não à participação da autarquia que em Mogadouro é excelente. A nível nacional a nossa autarquia colabora e participa no setor da educação em cerca de noventa por cento mais do que qualquer outra autarquia do país. Não podemos mandar papaias da boca para o ar porque o *ranking* também vale o que vale. No futuro, se quisermos, podemos debruçar-nos com fundamentos desde os pais, encarregados de educação, ao próprio concelho em si, a própria interioridade, à própria educação que é fundamentada nos encarregados de educação, aos professores, não digo que não haja culpa de professores eu também admito, mas todos os implicados

têm a sua parte e a sua culpa. Agora não podemos é dizer que o *ranking* põe a escola de Mogadouro ou diz que a escola de Mogadouro ou que nós somos todos ignorantes. Os *rankings* valem o que vale e os senhores sabem que há muita coisa por detrás para elevar os *rankings* de algumas escolas.”

2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

----- 2.1. APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO – ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º, ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO – APRECIÇÃO: -

Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal apreciou e tomou conhecimento das atividades que constavam nas agendas de trabalho do senhor presidente da Câmara, Francisco Guimarães e dos senhores vereadores em regime de permanência a tempo inteiro, Evaristo Neves, Joana da Silva e Virgínia Vieira, no período compreendido entre a última sessão ordinária e esta. -----

----- Quanto à situação financeira do município de Mogadouro, à data de oito de fevereiro de dois mil e dezanove, era a seguinte: -----

“Dívida em 08/02/2019 -----

– A fornecedores	271.410,12€	
– A empreiteiros	0,00€	
– Empréstimos em dívida	1.413.662,61€	
– Leasings	0,00€	
– Encargos para o presente ano	542.499,20€	
Saldo em 08/02/2019 -----		
– Orçamental	3.466.933,92€	
– Operações de Tesouraria	392.006,90€	
– Em documentos	40.922,66€	
– Fundos comunitários a receber	119.239,99€.”	

----- 2.2 DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO NA REALIZAÇÃO DA EMPREITADA DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS DA VILA DE MOGADOURO – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO: -

O senhor presidente da Assembleia Municipal, Jorge Dias, deu a palavra ao senhor presidente da Câmara, Francisco Guimarães, para explicar a sua proposta, aprovada na reunião do órgão executivo sobre o assunto em epígrafe e que carecia, nos termos da Lei em vigor, da aprovação deste órgão deliberativo. -----

----- A Assembleia Municipal pode apreciar a proposta que a seguir se transcreve: -----

“3. GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA – APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA N.º 1/2019 SOBRE A DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO NA REALIZAÇÃO DA EMPREITADA DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS DA VILA DE MOGADOURO – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente a proposta número um barra dois mil e dezanove, datada de cinco de janeiro de dois mil e dezanove, da autoria do senhor presidente da Câmara, Francisco José Mateus Albuquerque Guimarães, registada com o número “2019,EXP,I,GE,37”, sobre o assunto em título do teor seguinte: -----

“I - PRESSUPOSTOS

Considerando que: -----

1. O principal problema das ETAR’s existentes na Vila de Mogadouro, que impede o cumprimento dos objetivos de descarga, está relacionado com o tratamento biológico insuficiente para as cargas poluentes afluentes; -----
2. A solução existente para pré-tratamento não é eficaz na remoção de gorduras, não permitindo a remoção destas para o exterior; -----
3. A passagem da gordura para a linha de tratamento é altamente prejudicial e compromete a eficiência do tratamento; -----
4. O leito percolador apresenta um estado de degradação elevado, principalmente no que diz respeito ao funco falso que se encontra com fugas consideráveis; -----
5. De acordo com as condições atuais de afluência às ETAR’s existentes, verifica-se que as condições de funcionamento destas são inadequadas, não permitindo o cumprimento do quadro normativo vigente, nomeadamente no que diz respeito ao Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de Agosto; -----
6. Actualmente existem problemas de desidratação de lamas (tendo esta deficiência originado já uma contra-ordenação ao Município de Mogadouro); -----
7. As ETAR’S não se encontram preparadas para a receção de fossas sépticas, levando a situações de inadequado tratamento do efluente; -----
8. A reformulação das ETAR’S servirá para fazer face à necessária e imperiosa desactivação das actuais ETAR’S, que entraram em funcionamento há cerca de 30 (trinta) anos, e que já não apresentam as condições necessárias e exigidas para fazer face ao tratamento das águas residuais das populações abrangidas; -----
9. As actuais ETAR’S não têm capacidade para fazer face às actuais condições de afluência, quer qualitativas, quer quantitativas, não tendo capacidade para cumprir os requisitos de qualidade estabelecidos pela Agência Portuguesa do Ambiente para o efluente tratado, existindo já uma acumulação significativa de lamas, o que afecta a eficiência de tratamento de todo o sistema; -----
10. As actuais ETAR’S não têm capacidade para erradicar ou minimizar os fortes odores que emitem e se fazem sentir, numa área considerável, na envolvente das ETAR’S, face às insuficiências do sistema de tratamento instalado e não têm capacidade para cumprir os parâmetros microbiológicos legalmente exigidos; ---
11. O incumprimento dos parâmetros microbiológicos pode determinar que as águas residuais em apreço sejam classificadas como “*não conformes*”, em face do disposto no Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de Agosto, o qual veio estabelecer

- normas, critérios e objectivos de qualidade com finalidade de proteger o meio aquático e melhorar a qualidade das águas em função dos seus principais usos; --
12. As actuais ETAR'S, tratando-se de sistemas de tratamento de baixa tecnologia, não permitem a adopção de medidas de exploração, com vista a um eventual aumento de eficiência no tratamento das águas residuais e à minimização das deficiências no seu funcionamento referidas, pelo que, apenas a reformulação do sistema de tratamento actualmente existente irá permitir ultrapassar os actuais problemas das actuais ETAR'S que, conforme demonstrado, acarretam um conjunto de problemas graves para o interesse público; -----
 13. Em face do que se expôs, dúvidas não existem de que a reformulação do sistema de tratamento actualmente existente irá implicar impactos positivos na qualidade dos recursos hídricos e na qualidade das águas, na qualidade do ar, nos sistemas ecológicos, na socio-economia da região e, conseqüentemente, na qualidade de vida das populações abrangidas; -----
 14. Em termos gerais, dir-se-á que a reformulação do sistema irá implicar impactos positivos relativos à implementação de um sistema de tratamento mais eficiente, que permitirá o tratamento das águas residuais com um nível superior de qualidade, evitando e minimizando a contaminação do meio receptor que é, conforme se demonstrou, grave; -----
 15. E, por outro lado, complementarmente, contribuirá para a melhoria das condições actuais, constituindo importantes impactos positivos em todo o meio envolvente; -----
 16. Com a reformulação do sistema, passar-se-á de uma situação em que se verificam incumprimentos dos parâmetros legais estabelecidos para uma situação de cumprimento legal, pelo que se prevêem impactos positivos, permanentes e significativos no meio receptor, face à situação actual; -----
 17. Ao nível da qualidade das águas, a reformulação do sistema de tratamento das águas residuais permitirá, substancialmente, a melhoria da qualidade da água por forma a respeitar nos níveis exigidos pela actual legislação para águas; -----
 18. Ao nível da saúde pública, ir-se-á, também, assistir a uma melhoria considerável uma vez que a reformulação do sistema permitirá um ajuste mais adequado ao efeito de sazonalidade, salvaguardando-se a eficiência nestas épocas; -----
 19. Ao nível da qualidade do ar, a resolução do problema de odores, que constituiu um importante impacto em termos sociais, consubstanciar-se-á não só numa melhoria para a saúde pública, como uma mais-valia económica associada à valorização da área envolvente, o que, naturalmente, implicará impactos positivos, designadamente, na economia; -----
 20. Assim, em face de tudo o quanto se expôs, concluiu-se que a reformulação do sistema irá resolver um conjunto de problemas localizados que condicionam a qualidade ambiental, de vida e competitividade da região em termos de turismo, com os conseqüentes benefícios económicos; -----
 21. De facto, a reformulação do sistema de tratamento de águas residuais, conforme se demonstrou, é imperiosa, a vários níveis; -----
 22. O grande objectivo é a redução da poluição urbana associada à respetiva Massa de Água e a mitigação do problema no tratamento das lamas e as fugas existentes; -----
 23. A empreitada "*Reformulação do Sistema de Tratamento de Águas Residuais Urbanas da Vila de Mogadouro*", foi adjudicada pelo montante de € 2.144.794,42 (dois milhões, cento e quarenta e quatro mil, setecentos e noventa

- e quatro euros e quarenta e dois cêntimos), a que acresce IVA à taxa legal em vigor; -----
24. A Empreitada foi objecto de uma candidatura submetida ao Fundo de Coesão à operação com o código POSEUR-03-2012-FC-000895, designada por Reformulação do Sistema de Tratamento de Águas Residuais Urbanas da Vila de Mogadouro, nos termos do Aviso de Abertura de Candidatura n.º POSEUR-12-2017-26-Investimentos em Infraestruturas de Saneamento de Águas Residuais com vista à Resolução de situações de tratamento inadequado em Territórios de Baixa Densidade; -----
 25. Sem financiamento comunitário não é possível a realização da mesma por parte do Município de Mogadouro; -----
 26. A empreitada está financiada, tendo o custo elegível da Operação de € 2.205.429,94 e uma comparticipação de Fundo de Coesão de € 1.874.615,45, correspondente a uma taxa de cofinanciamento de 85% do custo total elegível da Operação; -----
 27. O termo de aceitação foi outorgado em 20 de Julho de 2018, tendo a execução física e financeira da mesma que estar concluída até 31 de Agosto de 2019; -----
 28. A reformulação destas ETAR'S permite melhorar o nível de tratamento das águas residuais da Vila de Mogadouro, sendo uma infraestrutura necessária e de indiscutível interesse público; -----
 29. A reformulação destas ETAR'S vai ainda permitir economizar meios humanos e uma menor utilização de produtos químicos em todas as operações de tratamento de águas residuais; -----
 30. Perante o exposto, solicita-se à Excelentíssima Câmara Municipal que delibere declarar o interesse público na realização da empreitada de "*Reformulação do Sistema de Tratamento de Águas Residuais Urbanas da Vila de Mogadouro*", atribuindo-se prioridade essencial a esta empreitada; -----
 31. Mais se solicita que, nos termos da alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e posteriores alterações, seja submetido à apreciação e deliberação da Assembleia Municipal. -----

II – DA PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO

Perante o exposto, solicita-se à Excelentíssima Câmara Municipal que delibere declarar o interesse público na realização da empreitada de "*Reformulação do Sistema de Tratamento de Águas Residuais Urbanas da Vila de Mogadouro*". -----

Mais se solicita que, nos termos da alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e posteriores alterações, seja submetido à apreciação e deliberação da Assembleia Municipal." -----

----- Após a sua apreciação e, atendendo o disposto na alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta nos termos apresentados. -----

----- **2.3 APOIO CONCEDIDO À UNIÃO DE FREGUESIAS DE BRUNHOSINHO, CASTANHEIRA E SANHOANE NOS TERMOS DO REGULAMENTO DE FORMAS DE APOIO ÀS FREGUESIAS/UNIÕES DE FREGUESIAS DO CONCELHO DE MOGADOURO – PARA CONHECIMENTO:** - A Assembleia Municipal tomou conhecimento, conforme dispõe o artigo nono do

Regulamento de Formas de Apoios às Freguesias/Uniões de Freguesias do concelho de Mogadouro, que a Câmara Municipal, em sua reunião ordinária do dia vinte e dois de janeiro de dois mil e dezanove prestou um apoio financeiro à União de Freguesias de Brunhosinho, Castanheira e Sanhoane na importância de cinco mil, quinhentos e sessenta e cinco euros (€5.565,00), através de um contrato-programa destinado à construção de uma cozinha e uma churrasqueira junto ao edifício da Casa do Povo de Brunhosinho. -----

----- 2.4 COMPROMISSOS PLURIANUAIS – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS – AM 1 – 2019 – PARA CONHECIMENTO: - Através do documento remetido pela Divisão de Contratualização, Informática e Património (DCIP) da Câmara Municipal de Mogadouro, datada de sete de fevereiro de dois mil e dezanove, a Assembleia Municipal tomou conhecimento dos Compromissos Plurianuais – Autorização Prévia no Âmbito da Lei dos Compromissos, ano de dois mil e dezanove, da relação de contratos que a Autarquia estabeleceu desde o ano de dois mil e quinze. -----

3. OUTROS ASSUNTOS

----- INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: - “Vou informar-vos que a ação de formação na área de “Contabilidade nas Autarquias Locais – POCAL SNS-AP Aplicação aos municípios e freguesias”, proposta pela Assembleia vai decorrer no próximo dia nove de março, das dez às dezoito da tarde, no auditório da Biblioteca Municipal Trindade Coelho e ainda se encontram abertas as inscrições até ao dia vinte e quatro de fevereiro.” -----

----- INTERVENÇÃO DO MEMBRO MUNICIPAL MANUEL ANTÓNIO PRETO: - “Eu queria colocar um assunto relacionado com o ambiente. Estamos a atravessar a fase das queimadas e queria obter informação sobre o assunto. Já existem muitos proprietários a fazer a poda das árvores, como devemos proceder com os ramos sobrantes?” -----

----- RESPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA FRANCISCO JOSÉ MATEUS ALBUQUERQUE GUIMARÃES: - “O assunto é importante e oportuno. Nós já fizemos um Edital para afixar em todas as localidades do concelho nos locais habituais. Quero também dizer-vos que, neste momento, há uma aplicação informática com o título “*Fogos icnb.pt*” e uma linha “*SOS Ambiente 800 200 520*”. Vou pedir aos senhores presidentes: nesta fase em que estamos ainda não é o período crítico é uma informação prévia daquilo que vão fazer o que têm de nos dizer é o nome, a localidade e o dia pretendido para a queima da rama das

oliveiras, das vinhas, dos pomares, enfim, a única coisa que precisamos é mesmo esse registo, sabendo que, neste momento, e vou adiantar, por parte das autoridades policiais, neste caso a GNR, a nível do ambiente vão fazer umas palestras de sensibilização sobre o tema pelas freguesias. -----

----- Ontem, fiz uma candidatura na Secretaria de Estado das Florestas para termos aqui uma queima-piloto no concelho. Candidatamo-nos e vamos esperar pela aprovação, pois era dirigido aos concelhos que estivessem em primeira e segunda prioridades. Ontem, informei o senhor secretário de Estado que estaríamos interessados na queima segura. O mais importante é percebermos que a lei alterou. Esta obrigação da comunicação prévia é para obrigar as pessoas a dizerem que ali vão fazer uma queima para evitarem alguma situação menos boa como já aconteceu este ano em janeiro. -----

----- Temos também uma situação bem mais preocupante que é a limpeza das faixas de combustíveis. Essas, sim, os proprietários particulares têm que fazer até ao dia quinze de março e as entidades, câmaras e juntas de freguesia e outras entidades públicas têm até trinta e um de maio. Isto é que tem trazido um desconforto muito grande não só para quem está no terreno, mas também para quem vai policiar. Não se entende como a lei obriga a um particular até quinze de março e as entidades até trinta e um de maio. Reuni, terça-feira, a Comissão Distrital de Proteção Civil, da qual sou, por inerência o presidente e foi colocada esta questão. Nós vamos fazer chegar também à Secretaria de Estado a nossa preocupação a nível do distrito desta situação porque compreendam que não é fácil um proprietário particular arranjar alguém que lhe faça a limpeza já que as empresas estão, neste momento, praticamente todas esgotadas. É importante alargar este prazo para bem de todos porque senão não conseguem realizar as limpezas até àquele prazo. -----

----- Com esta questão das queimas não se preocupem, os presidentes de junta fiquem com os nomes e depois transmitem ao técnico florestal que insere os dados na plataforma ou até mesmo à telefonista. -----

----- Senhor presidente da Assembleia, já me apercebi que alguns convites não chegam aos seus destinatários não sei porquê, porque quando saiem, saiem para toda a gente. Há um protocolo que se segue e os convites saiem para toda a gente. Aproveito para informá-los que vamos ter na próxima sexta-feira, dia um, o Juramento de Bandeira do Regimento de Infantaria número dezanove, de Chaves, com cerca de cinquenta recrutas. Há um convite que saiu do próprio Regimento para as entidades que eles entenderam e nós convidamos a Assembleia Municipal e os presidentes de junta a juntarem-se connosco. O que eu preciso é que confirmem a sua vinda junto do secretariado por causa das refeições. A concentração será às dez horas, na Casa das Artes e o desfile e as cerimónias são na avenida nossa senhora do Caminho.” -----

----- **LEITURA DA ATA EM MINUTA:** - No final da sessão e, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 57.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2018, de 12 de setembro e do n.º 6 do artigo 34.º do Regimento da Assembleia Municipal de Mogadouro, com vista à exequibilidade imediata, a segunda secretária da Mesa, Carla Lousão, procedeu à leitura da ata em minuta que foi aprovada, por unanimidade. -----

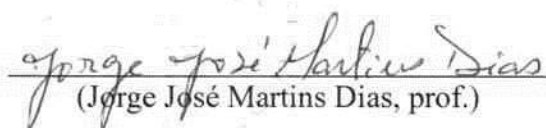
----- Eram doze horas e quinze minutos, quando o senhor presidente da Mesa, Jorge Dias, deu por encerrados os trabalhos, do que, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Maria da Conceição Cordeiro Andrade Teixeira, coordenadora técnica do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal e funcionária no núcleo de apoio da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi: -----

A funcionária de apoio ao núcleo da Assembleia Municipal,



(Maria da Conceição Cordeiro Andrade Teixeira)

O presidente da Assembleia Municipal,



(Jorge José Martins Dias, prof.)

